

MARINHA DO BRASIL
SERVIÇO DE SELEÇÃO DO PESSOAL DA MARINHA

*Concurso Público para ingresso no Quadro Técnico do
Corpo Auxiliar da Marinha
CP-T/2024*

**NÃO ESTÁ AUTORIZADA A UTILIZAÇÃO DE
MATERIAL EXTRA**

SEGURANÇA DO TRÁFEGO AQUAVIÁRIO

QUESTÃO 1

De acordo com a lei nº 2.180/54, são competências do Tribunal Marítimo, EXCETO:

- (A) manter o registro geral da propriedade naval.
- (B) julgar os acidentes e fatos da navegação.
- (C) definir a natureza dos acidentes e fatos da navegação.
- (D) manter o registro geral da hipoteca naval e demais ônus sobre embarcações brasileiras.
- (E) propor medidas administrativas e de segurança da navegação.

QUESTÃO 2

De acordo com a NORMAM 201/DPC, a inscrição de embarcações com AB menor ou igual a 100 deverá ser realizada na CP/DL/AG em cuja jurisdição for domiciliado o proprietário, ou onde a embarcação for operar ou onde for construída, em um prazo máximo de quantos dias, a partir da data da aquisição?

- (A) 20
- (B) 30
- (C) 40
- (D) 60
- (E) 90

QUESTÃO 3

Conforme preconizado na NORMAM-401/DPC, analise as afirmativas sobre as competências dos Comandantes de Distritos Navais (DN), como Representantes da Autoridade Marítima para o Meio Ambiente, ou de quem por ele tenha sido subdelegado e assinale a opção correta.

- I- Supervisionar as atividades dos Agentes da Autoridade Marítima subordinados.
- II- Implementar e promover a fiscalização do cumprimento de leis e regulamentos no mar e nas águas interiores, em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo, federal, estadual ou municipal.
- III- Autuar e aplicar as sanções aos infratores, nas situações previstas na lei nº 9.966/2000, de competência da Autoridade Marítima.
- IV- Promover a fiscalização das embarcações, plataformas e suas instalações de apoio, e das cargas embarcadas, de natureza nociva ou perigosa, e determinar a autuação dos infratores.
- V- Determinar a obtenção dos dados e das informações e a apuração das responsabilidades sobre os incidentes com embarcações, plataformas e suas instalações de apoio que tenham provocado danos ambientais, providenciando seu encaminhamento às CP/DL/AG da jurisdição, para as providências necessárias no âmbito do Sistema Nacional de Meio Ambiente.

- (A) Apenas a afirmativa IV é verdadeira
- (B) Apenas as afirmativas I, II e IV são verdadeiras
- (C) Apenas as afirmativas III, IV e V são verdadeiras.
- (D) Apenas a afirmativa III é verdadeira.
- (E) Apenas as afirmativas I, II, III e IV são verdadeiras.

QUESTÃO 4

De acordo com a NORMAM-221/DPC que estabelece procedimentos específicos sobre a atividade de Inspeção Naval, é considerado estado de embriaguez aquele em que o condutor da embarcação esteja sob a influência de álcool, fora dos limites estabelecidos, ou de qualquer substância entorpecente ou tóxica. Para fins de aplicação de procedimentos administrativos, será considerado em estado de embriaguez aquele condutor, que após realizado o teste de alcoolemia, for constatada uma concentração igual ou superior a:

- (A) 0,2 miligramas de álcool por litro de ar alveolar ou 4 decigramas de álcool por litro de sangue.
- (B) 0,2 miligramas de álcool por litro de ar alveolar ou 5 decigramas de álcool por litro de sangue.
- (C) 0,3 miligramas de álcool por litro de ar alveolar ou 6 decigramas de álcool por litro de sangue.
- (D) 0,3 miligramas de álcool por litro de ar alveolar ou 5 decigramas de álcool por litro de sangue.
- (E) 0,3 miligramas de álcool por litro de ar alveolar ou 3 decigramas de álcool por litro de sangue.

QUESTÃO 5

De acordo com a NORMAM-303/DPC, o interessado em realizar alguma obra sob, sobre ou às margens das águas jurisdicionais brasileiras deverá obter o parecer de obras junto ao Agente da Autoridade Marítima (CP/DL/AG) na área de jurisdição onde se pretende realizar o empreendimento. Esses pareceres estão divididos em Parecer de Interferência Prévia (PIP) e Parecer Provisório de Obras (PPO). Com exceção das obras que envolvam atividades de dragagens, estabelecimentos de boias de amarração, projetos referentes à retirada de cabos e descomissionamento, que seguem orientações, especificidades e características especiais nessa NORMAM, qual a validade do PIP para as demais obras?

- (A) 5 anos.
- (B) 4 anos.
- (C) 3 anos.
- (D) 2 anos.
- (E) 6 meses.

QUESTÃO 6

De acordo com a NORMAM-224/DPC, que trata sobre os procedimentos e requisitos técnicos necessários ao estabelecimento de sistemas para determinação da folga dinâmica abaixo da quilha para as embarcações nos portos nacionais, a Margem de Manobrabilidade (MM) constitui na distância mínima entre o fundo da via navegável e o ponto mais baixo da estrutura do navio de projeto, abaixo da qual a sua habilidade de manobra será degradada em determinada velocidade, podendo tornar-se insuficiente para manter o fluxo de água abaixo e em seu entorno, comprometendo a sua segurança. Assim, considerando o conceito acima, assinale a opção que completa corretamente as lacunas da sentença abaixo: "Recomenda-se utilizar como MM mínima ____% do calado ou ____m, o que for maior."

- (A) 5/ 0,6
- (B) 5/ 0,5
- (C) 5/ 0,4
- (D) 4/ 0,3
- (E) 3/ 0,2

QUESTÃO 7

Contados da data em que um dos Agentes da Autoridade Marítima houver tomado conhecimento do acidente ou fato da navegação, no que concerne à NORMAM 302/DPC, o Inquérito Administrativo sobre Acidentes e Fatos da Navegação (IAFN) deve ser instaurado imediatamente ou até o prazo de:

- (A) cinco dias.
- (B) cinco dias úteis.
- (C) sete dias.
- (D) sete dias úteis.
- (E) dez dias.

QUESTÃO 8

Quando houver a necessidade de a embarcação alternar periodicamente a sua área de navegação e/ou atividade ou serviço, poderá ser concedida dupla classificação. Nesse caso, de acordo com a NORMAM-202/DPC, quais critérios devem ser observados?

- (A) Os Certificados de arqueação e borda-livre deverão estabelecer os valores correspondentes à área de navegação, e/ou atividade ou serviço que demande a mínima segurança para a embarcação.
- (B) Na Licença de Construção, Alteração ou Reclassificação ou LCEC deverão obrigatoriamente constar as condições específicas para a embarcação operar em cada área de navegação e/ou atividade ou serviço, inclusive as variações nas dotações de material de segurança correspondentes.
- (C) Deverão ser previstas as condições, dotações, luzes de navegação e requisitos correspondentes a área de navegação e/ou atividade ou serviço que demande mínima segurança para a embarcação.
- (D) Para as embarcações portadoras de um Certificado de Segurança da Navegação (CSN), as vistorias serão efetuadas considerando a área de navegação e/ou atividade ou serviço que ocorra na maior periodicidade.
- (E) O Certificado de Segurança da Navegação (CSN) terá validade correspondente à área de navegação, e/ou atividade ou serviço que acarrete no maior prazo.

QUESTÃO 9

Conforme a NORMAM-203/DPC, no que diz respeito à Declaração de Conformidade para Operar em Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), assinale a opção correta.

- (A) A validade da Declaração de Conformidade será de cinco anos a contar da data da realização da perícia.
- (B) A emissão e a validade das Declarações de Conformidade dependem da validade do AIT.
- (C) A validade da Declaração Provisória para Operação em AJB será de até sessenta dias.
- (D) Caso a perícia técnica não apresente deficiências, será emitida pela DPC uma Declaração de Conformidade para Operação em AJB (Statement of Compliance).
- (E) A retirada das deficiências apontadas na perícia técnica poderá ser solicitada em qualquer CP/DL.

QUESTÃO 10

De acordo com o preconizado na NORMAM-501/DHN, assinale a opção que apresenta corretamente um dos procedimentos que deve ser cumprido para a inscrição e a renovação da inscrição no Cadastro de Entidades Executantes de Levantamentos Hidrográficos (CEELH).

- (A) A comprovação da habilitação do responsável técnico regulado pelo CREA se dará pelo encaminhamento da declaração do Conselho, nominal ao profissional, atestando sua habilitação técnica para execução da atividade de hidrografia.
- (B) A inscrição é condicionada à existência de pelo menos dois profissionais de nível superior, podendo um deles ser hidrógrafo formado pela Marinha do Brasil, o qual responderá como responsável técnico.
- (C) Os oceanógrafos, oceanólogos e bacharéis em Ciências Náuticas poderão responder como responsáveis técnicos de uma Entidade Executante, sendo a comprovação realizada por meio de atestado de habilitação técnica.
- (D) A concessão de inscrição no CEELH será formalizada por meio de certificado expedido pela DHN e será válida por um período de três anos.
- (E) O pedido de renovação da inscrição no CEELH deverá ser encaminhado com uma antecedência mínima de 45 dias do final da validade da inscrição em vigor.

QUESTÃO 11

A lei nº 9.432/97, que dispõe sobre a ordenação do transporte aquaviário, é aplicável:

- (A) às embarcações de pesca.
- (B) às embarcações de pesquisa.
- (C) aos navios de guerra e de Estado que não estejam empregados em atividades comerciais.
- (D) às embarcações de turismo.
- (E) às embarcações estrangeiras afretadas por armadores brasileiros.

QUESTÃO 12

Conforme preconizado na NORMAM-601/DHN, sobre os sinais náuticos complementares previstos para os balizamentos lacustre e fluvial, instalados nas margens dos rios, lagoas e lagos, que recomendam ações a serem empreendidas pelo navegante, assinale a opção correta.

- (A) Bifurcação de canal é o sinal que, em um painel quadrangular na cor preta, exibe o símbolo "T" na cor amarela. Os dois segmentos superiores do "T" indicam que há dois canais navegáveis contornando um obstáculo de dimensões apreciáveis, como uma ilha.
- (B) Sinal de recomendação para mudar de margem é aquele que exibe, em um painel quadrangular, duas faixas laterais, representando as margens do rio, com uma seta curva de cor diferente, indicando a margem para a qual se deve seguir, conforme o caso, a partir da atual posição da embarcação.
- (C) Sinal indicador de tráfego intenso entre as margens é aquele que exibe, em um painel quadrangular, uma cruz com o braço horizontal nas mesmas proporções.
- (D) Perigo é aquele que exibe dois símbolos "+", na cor branca, sobrepostos e inscritos, cada um, em um painel circular pintado de preto. É usado para indicar obstáculos de dimensões reduzidas, como uma pedra ou um casco soçobrado, cercados de águas navegáveis.
- (E) Sinal de altura máxima de passagem é aquele que exibe na metade superior de um painel quadrangular um triângulo com um vértice para baixo e, na metade inferior, em cor diferente do triângulo, a indicação da máxima altura permitida, em metros, para passagem sob o obstáculo.

QUESTÃO 13

De acordo com a NORMAM-401/DPC, que estabelece procedimentos administrativos adotados pela Autoridade Marítima em casos de lançamentos de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional, compete à Diretoria de Portos e Costas, como Representante da Autoridade Marítima para o Meio Ambiente, a elaboração do Laudo Técnico Ambiental (LTA) em até:

- (A) 90 dias úteis a contar da data de conhecimento do sinistro ambiental.
- (B) 90 dias a contar da lavratura do auto de infração.
- (C) 60 dias a contar do término do julgamento do auto de infração.
- (D) 60 dias a contar do término do prazo para a apresentação da defesa prévia.
- (E) 30 dias a contar do término do prazo para a apresentação da defesa prévia.

QUESTÃO 14

Com base na lei nº 12.815, de 05 de junho de 2013, que dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários, assinale a opção correta.

- (A) Dentro dos limites da área do porto organizado, compete à Autoridade Marítima estabelecer e divulgar o calado máximo de operação dos navios, em função dos levantamentos batimétricos efetuados sob sua responsabilidade.
- (B) A operação portuária em instalações localizadas fora da área do porto organizado será disciplinada pelo titular da respectiva autorização, observadas as normas estabelecidas pelas autoridades marítima, aduaneira, sanitária, de saúde e de polícia marítima.
- (C) Dentro dos limites da área do porto organizado, compete à Autoridade Marítima promover a remoção de embarcações ou cascos de embarcações que possam prejudicar o acesso ao porto e a segurança da navegação local.
- (D) O ato do Presidente da República disporá sobre a definição da área dos Portos Organizados, a partir de proposta apresentada pela Secretaria de Portos da Presidência da República e ouvidas as Autoridades Marítima e Ambiental.
- (E) Compete exclusivamente à administração do porto organizado autorizar a entrada e saída, inclusive atracação e desatracação, o fundeio e o tráfego de embarcação na área de sua responsabilidade.

QUESTÃO 15

Com relação ao credenciamento de entidades extra-Marinha do Brasil para ministrar cursos do Ensino Profissional Marítimo, segundo a NORMAM-102/DPC, assinale a opção INCORRETA.

- (A) Durante todo o processo de credenciamento, até o término dos cursos, as Entidades ficarão vinculadas a um Órgão de Ensino (OE) - normalmente a Capitania/Delegacia/Agência (CP/DL/AG) com jurisdição na área - que será o responsável pela fiscalização do estabelecido nesta norma, bem como prestar assistência à Entidade Credenciada para dirimir dúvidas, enviar documentos ou qualquer outro apoio que se fizer necessário para o bom andamento dos cursos. Relevante mencionar que, na região metropolitana do Rio de Janeiro, o OE vinculado será o Centro de Instrução Almirante Graça Aranha (CIAGA), e na cidade de Belém o OE vinculado será o Centro de Instrução Almirante Braz de Aguiar (CIABA).
- (B) Após a análise da documentação pelo OE e devido juízo de valor emitido pelo Comando do Distrito Naval correspondente, se a CP/DL/AG, baseada na conveniência e oportunidade da solicitação, decidir pelo prosseguimento do processo, será agendada, junto à empresa, uma vistoria de credenciamento.
- (C) Após a vistoria, na hipótese de ser julgado que a Entidade não possui as condições necessárias para cumprir o estabelecido no currículo do curso, o processo de credenciamento será indeferido e restituído ao OE vinculado para que este, por sua vez, o devolva à Entidade solicitante e comunique a decisão da DPC.
- (D) Os OE vinculados efetuarão a conferência da documentação apresentada. Nessa fase, poderá ser requisitada à Entidade a correção de dados ou o envio de documentos complementares. O pedido de credenciamento não terá prosseguimento se persistirem as não conformidades detectadas por mais de 180 dias, e o processo será encerrado e toda documentação restituída à Entidade.
- (E) Qualquer ocorrência (alteração de endereço, renovação de alvará, vigência dos contratos e convênios, substituição de professores/instrutores, alteração de local de treinamento) que modifique as condições existentes por ocasião do processo de credenciamento deverá ser comunicada ao OE vinculado, com cópia para a DPC, com uma antecedência mínima de 90 dias em relação ao fato a ocorrer, sob pena de ser cancelado o credenciamento.

QUESTÃO 16

De acordo com a NORMAM-203/DPC, toda embarcação de bandeira estrangeira, para obtenção de autorização para operar em águas jurisdicionais brasileiras (AJB), deverá atender aos seguintes requisitos:

- (A) ter a sua arqueação bruta (AB) calculada em conformidade com a Convenção Internacional para Medidas de Arqueação de Navios 1969 (*Tonnage 69*), constante do Certificado Internacional de Arqueação da embarcação, para efeito de aplicação dos requisitos das convenções e códigos internacionais ratificados pelo Brasil, em especial as Convenções SOLAS 74/78 e MARPOL 73/78.
- (B) cumprir todas as convenções e códigos internacionais ratificados pelo Brasil e seu país de bandeira, bem como a legislação nacional aplicável à embarcação brasileira de mesmo tipo, atividade e área de navegação.
- (C) ter a certificação validada a cada seis meses para que a embarcação permaneça em AJB, independentemente de estar em operação, em cumprimento à regulamentação do país de bandeira e às Convenções e Códigos Internacionais ratificados pelo Brasil.
- (D) as embarcações de pesca e as demais embarcações não sujeitas ao cumprimento da Convenção SOLAS 74/78 não poderão operar com os certificados estatutários exigidos pelo país de bandeira, mesmo que atendam os requisitos contidos nas Normas da Autoridade Marítima Brasileira.
- (E) eventuais isenções concedidas às embarcações de bandeira estrangeira, pelas suas respectivas bandeiras, somente serão válidas após terem sido submetidas e ratificadas, para sua aplicação em AJB, pelas CP/DL/AG.

QUESTÃO 17

Um barco a motor, classificado para navegação interior, realizava atividade de pesca quando foi abordado pela equipe de inspeção naval da Capitania dos Portos do Rio de Janeiro. À luz da NORMAM-202/DPC e considerando que a abordagem ocorreu a aproximadamente 21 milhas da costa, é correto afirmar que o condutor:

- (A) empreendia navegação costeira.
- (B) empreendia navegação interior.
- (C) navegava em área para a qual a embarcação estava classificada.
- (D) navegava em área para a qual a embarcação não estava classificada.
- (E) não descumpriu o determinado na NORMAM-202/DPC.

QUESTÃO 18

"Aqueles selecionados pelo Conselho de Ensino do Estabelecimento, desde que portadores, no mínimo, de Certificação de Primeiro Oficial de Náutica, Primeiro Oficial de Máquinas, ou Primeiro Oficial de Radiocomunicações, ou de Certificação superior a essas, ou de Carta Patente de Oficial da Reserva da Marinha do Brasil, procedente da Escola Naval e possuidor de Curso de Aperfeiçoamento, ou no caso de outra origem, portador de diploma de nível superior com currículo que comprove o conhecimento da área das disciplinas a serem lecionadas." De acordo com o decreto 94.536/87, assinale a opção que apresenta corretamente a classe dos instrutores do corpo docente do Ensino Profissional Marítimo mencionada no trecho supracitado.

- (A) Classe "A"
- (B) Classe "B"
- (C) Classe "C"
- (D) Classe "D"
- (E) Classe "E"

QUESTÃO 19

De acordo com a NORMAM-601/DHN, com relação aos acessórios dos sinais náuticos, é correto afirmar que:

- (A) placa de visibilidade é o recurso visual com forma, dimensões e cores definidas, instalado nos sinais móveis, a fim de aumentar a conspicuidade, melhorando a visualização pelo navegante.
- (B) marca de tope é composto por três figuras geométricas, em forma de cilindro, cone, cubo ou "X" que, colocadas isoladamente ou em combinação, podem ser instaladas no topo de um sinal náutico para auxiliar a sua identificação diurna.
- (C) refletor radar é um artefato de plástico utilizado nos sinais náuticos para aumentar a sua detecção pelo radar.
- (D) poita é um acessório empregado em sinais flutuantes e fixos, o qual consiste em um peso que repousa no fundo, podendo ser de concreto, ferro fundido, aço fundido, rocha ou conglomerado de correntes usadas, e destinado a manter um sinal flutuante ou fixo em sua posição.
- (E) painel de sinalização é uma placa com forma, dimensão e cores definidas, complementadas ou não por simbologia gráfica, para utilização na sinalização náutica complementar de rios, lagos e lagoas ou construções sobre vias navegáveis.

QUESTÃO 20

Com relação aos tipos de vistorias para o credenciamento de instituições que ministram Cursos e Treinamentos complementares para Aquaviários e Portuários, de acordo com a NORMAM-104/DPC, é correto afirmar que:

- (A) a vistoria de Renovação de Credenciamento realizada pela DPC, constará das mesmas verificações da Vistoria de Credenciamento. Essa vistoria deverá ser solicitada formalmente à DPC, via CP/DL/AG da jurisdição onde é realizado o curso, caso seja do interesse da credenciada, 90 dias antes do término da data de validade do credenciamento. A CP/DL/AG da jurisdição poderá apoiar essa vistoria.
- (B) a vistoria de Credenciamento é realizada pela DPC com a finalidade de verificar o cumprimento dos requisitos exigidos para o credenciamento. Poderá, também, ser realizada após a instituição sanar uma não conformidade apontada em vistoria anterior. A CP/DL/AG da jurisdição poderá apoiar essa vistoria.
- (C) a vistoria Especial de Supervisão possui o objetivo de fiscalizar e supervisionar o cumprimento e a manutenção das condições e procedimentos estabelecidos em vistoria de credenciamento ou Vistoria Especial de Homologação de Instalação. É realizada pelas CP/DL/AG nas instituições credenciadas em suas áreas de jurisdição que estiverem ministrando curso/treinamento. Essa vistoria, eventualmente, também poderá ser realizada pela DPC e poderá ser direcionada a determinado assunto, atividades, locais ou setores específicos de uma determinada instituição credenciada.
- (D) a vistoria Especial de Homologação de Instalação visa homologar uma instalação já usada pela instituição, após a vistoria de credenciamento ou de credenciamento, como: sala de aula, centro de treinamento ou um novo local para prática de salvatagem ou de combate a incêndio ou de manobras com embarcações. Essa vistoria realizada pelas CP/DL/AG nas instituições credenciadas em suas áreas de jurisdição, por solicitação da DPC ou pela própria DPC, em caráter eventual.
- (E) a vistoria Especial de Homologação de Instrutor visa homologar um novo instrutor ou novos instrutores indicados pela instituição, após a vistoria de credenciamento ou de credenciamento, e é realizada pela DPC mediante solicitação e devida indenização, e não poderá ser realizada pela CP/DL/AG da jurisdição.

QUESTÃO 21

De acordo com a lei 9.966 de 28 de abril de 2000, que dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências, assinale a opção correta quanto aos sistemas de prevenção, controle e combate da poluição, conforme previsto no Capítulo II dessa lei.

- (A) Os portos organizados, instalações portuárias e plataformas, bem como suas instalações de apoio, deverão dispor de planos de emergência individuais para o combate à poluição por óleo e substâncias nocivas ou perigosas, os quais serão submetidos à aprovação do órgão regulador da indústria do petróleo.
- (B) As entidades exploradoras de portos organizados e instalações portuárias e os proprietários ou operadores de plataformas deverão elaborar manual de procedimento interno para o gerenciamento dos riscos de poluição, bem como para a gestão dos diversos resíduos gerados ou provenientes das atividades de movimentação e armazenamento de óleo e substâncias nocivas ou perigosas, o qual deverá ser aprovado pelo órgão ambiental competente, em conformidade com a legislação, normas e diretrizes técnicas vigentes.
- (C) As entidades exploradoras de portos organizados e instalações portuárias e os proprietários ou operadores de plataformas e suas instalações de apoio deverão realizar auditorias ambientais anuais, independentes, com o objetivo de avaliar os sistemas de gestão e controle ambiental em suas unidades.
- (D) Todo porto organizado, instalação portuária e plataforma, bem como suas instalações de apoio, disporá obrigatoriamente de instalações ou meios adequados para o recebimento e tratamento dos diversos tipos de resíduos e para o combate da poluição, observadas as normas e critérios estabelecidos pela Autoridade Marítima.
- (E) O órgão federal de meio ambiente, em consonância com o disposto na Convenção Internacional sobre Preparo, Resposta e Cooperação em caso de Poluição por Óleo OPRC/90, consolidará os planos de contingência locais e regionais na forma do Plano Nacional de Contingência, em articulação com a Autoridade Marítima.

QUESTÃO 22

De acordo com o decreto nº 2.596, de 18 de maio de 1998, que regulamenta a lei nº 9.537 de 11 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional, coloque F (falso) ou V (verdadeiro) nas afirmativas abaixo, em relação às infrações e penalidades previstas nesse regulamento, assinalando, a seguir, a opção correta.

- () É da competência do Representante da Autoridade Marítima a prerrogativa de estabelecer o valor da multa e o período de suspensão do Certificado de Habilitação, respeitados os limites estipulados no regulamento.
- () A infração e seu autor material serão constatados no momento em que for praticada a infração, mediante apuração, por instauração de inquérito policial e/ou administrativo dependendo da origem da infração.
- () A reincidência, para efeito de gradação das penalidades desse regulamento, é a repetição da prática da mesma infração em um período igual ou inferior a seis meses após o processo de apuração transitar em julgado.
- () A penalidade de suspensão do Certificado de Habilitação somente poderá ser aplicada ao aquaviário ou amador embarcado, e ao prático.
- () São consideradas infrações às normas de tráfego trafegar em área reservada a banhistas ou exclusiva para determinado tipo de embarcação.

- (A) (V) (F) (F) (V) (V)
- (B) (V) (F) (F) (V) (F)
- (C) (F) (F) (V) (V) (F)
- (D) (V) (V) (F) (F) (V)
- (E) (F) (V) (V) (F) (F)

QUESTÃO 23

De acordo com a NORMAM-204/DPC, a validade do despacho poderá ser concedida pelo Órgão de Despacho (OD) da jurisdição, por período de até noventa dias EXCETO para embarcações:

- (A) de cruzeiro marítimo, desde que entre portos ou pontos do território nacional.
- (B) empregadas na navegação de cabotagem.
- (C) empregadas na navegação de apoio marítimo.
- (D) de esporte e/ou recreio.
- (E) de pesca.

QUESTÃO 24

Assinale a opção que apresenta um fato da navegação, de acordo com o artigo 15 da lei nº 2.180/54.

- (A) Morte natural ocorrida a bordo.
- (B) Arribada.
- (C) Alteração da rota.
- (D) Avaria de máquinas.
- (E) Varação.

QUESTÃO 25

Segundo a NORMAM-201/DPC, em quais tipos de embarcações o Código Internacional de Proteção para Navios (ISPS) é aplicável?

- (A) Embarcações de Apoio Marítimo com arqueação bruta igual ou superior a 500.
- (B) Embarcações de passageiros, exceto embarcações de passageiros de alta velocidade.
- (C) Unidades fixas de perfuração marítimas.
- (D) Conjuntos integrados de barcas com arqueação bruta igual ou superior a 400.
- (E) Embarcações de carga, incluindo embarcações de alta velocidade, com arqueação bruta igual ou superior a 300.

QUESTÃO 26

De acordo com a NORMAM-201/DPC, as embarcações SOLAS deverão possuir, no passadiço, em locais de fácil visualização, tabelas com os seguintes dados da embarcação, EXCETO:

- (A) correspondência entre o número de rotações por minuto (rpm) do motor e a velocidade em nós do navio.
- (B) alturas: acima da linha d'água, do tijupá, do passadiço e do convés principal, bem como as distâncias ao horizonte correspondente.
- (C) dados característicos do navio: comprimento, boca máxima, pontal, calados máximo e mínimo e deslocamento carregado e leve.
- (D) dados tácticos do navio: curvas de giro para várias velocidades e respectivos avanços e afastamentos.
- (E) dados do ângulo de ataque do hélice em regime de viagem e navegação restrita.

QUESTÃO 27

Com base na lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional, alterada recentemente pela lei nº 14.813 de 15 de janeiro de 2024, para conferir segurança jurídica e estabilidade regulatória aos serviços de praticagem, assinale a opção correta.

- (A) O serviço de praticagem será executado por práticos devidamente habilitados, individualmente, organizados em associações ou contratados por empresas.
- (B) A manutenção da habilitação do práctico dependerá do cumprimento das recomendações e das determinações oriundas dos organismos internacionais competentes, desde que reconhecidas pela autoridade marítima.
- (C) A autoridade marítima pode habilitar Comandantes de navios de bandeira brasileira a conduzir a embarcação sob seu comando no interior de zona de praticagem específica ou em parte dela, os quais serão considerados como práticos nesta situação exclusiva.
- (D) Para assegurar a ininterruptibilidade do serviço, a autoridade marítima poderá fixar o preço do serviço em cada zona de praticagem.
- (E) A inscrição de aquaviários como práticos será permitida pela autoridade marítima desde que obedecidos requisitos mínimos e quantidades de práticos estabelecidos para cada zona de praticagem, após a aprovação em exame e estágio de qualificação.

QUESTÃO 28

De acordo com a NORMAM-212/DPC, o Motonauta (MTA) é o amador apto a conduzir moto aquática (MA) nos limites da navegação interior, e sua habilitação é comprovada por meio da Carteira de Habilitação de Amador (CHA) específica para a categoria de Motonauta. A CHA possui validade em todo o território nacional por um período de dez anos, a partir da data da sua emissão, enquanto que para o MTA com 65 anos de idade ou mais, possuirá a validade da CHA de condutores diferenciada. Assinale a opção correta que aponta a validade da CHA de condutores de MTA enquadrados nessa última situação.

- (A) Dois anos a partir da data de sua emissão.
- (B) Três anos a partir da data de sua emissão.
- (C) Cinco anos a partir da data de sua emissão.
- (D) Seis anos a partir da data de sua emissão.
- (E) Sete anos a partir da data de sua emissão.

QUESTÃO 29

Analise as afirmativas abaixo relacionadas à NORMAM-321/DPC no que diz respeito aos requisitos para colete salva-vidas rígido e assinale a opção correta.

- I- Ser de uso confortável.
 - II- Não deverá continuar a queimar ou a fundir-se após haver estado completamente envolvido por chamas durante 2 segundos.
 - III- Permitir que uma pessoa, após demonstração, possa vesti-lo corretamente, em não mais que um minuto.
 - IV- Ser de cor padronizada, quando for classe V e V ESPECIAL.
- (A) Apenas a afirmativa II é verdadeira.
 - (B) Apenas a afirmativa III é verdadeira.
 - (C) Apenas as afirmativas I e II são verdadeiras.
 - (D) Apenas as afirmativas I, II e III são verdadeiras.
 - (E) Apenas a afirmativa IV é verdadeira.

QUESTÃO 30

A partir dos conceitos e procedimentos preconizados na NORMAM-602/DHN, que trata sobre licenciamento, implantação e autorização para operação de um Serviço de Tráfego de Embarcações (VTS, na sigla em inglês) no Brasil, assinale a opção correta.

- (A) O Representante da Autoridade Marítima (AM), responsável por licenciar a implantação e autorizar a operação de um VTS no Brasil, é o Centro de Auxílio à Navegação Almirante Moraes Rego.
- (B) Compete ao Centro de Hidrografia da Marinha a responsabilidade de realizar as visitas técnicas programadas nos locais onde há VTS implantado.
- (C) Um Sistema de Controle e Gerenciamento de Tráfego Marítimo (VTMS, na sigla em inglês) é a ampliação do VTS, na forma de um Sistema Integrado de Vigilância Marítima, reconhecido e adotado em outros Estados Costeiros internacionais.
- (D) Um Serviço Portuário Local (LPS, na sigla em inglês) constitui um controle de tráfego marítimo de menor capacidade se comparado ao VTS, entretanto, para a sua operação, há necessidade de que sejam seguidos alguns padrões internacionais instituídos e de autorização da AM.
- (E) Dentre as atribuições do Gerente do VTS estão a de garantir a harmonização do VTS com a rede de Auxílios à Navegação local e aos demais Serviços Aliados.

QUESTÃO 31

Uma escuna realizava o transporte de 20 passageiros para um passeio náutico, quando foi abordada pela equipe de inspeção naval da Capitania dos Portos de Santa Catarina. Por ocasião da verificação de documentos, foi observado que no Título de Inscrição da Embarcação constavam 3 tripulantes e 15 passageiros. Diante da infração ao decreto nº 2.596/98, qual é a penalidade aplicada ao Comandante da escuna?

- (A) Multa do grupo F ou suspensão do Certificado de Habilitação até 30 dias.
- (B) Multa do grupo F ou suspensão do Certificado de Habilitação até 60 dias.
- (C) Suspensão do Certificado de Habilitação até 120 dias.
- (D) Multa do grupo G ou suspensão do Certificado de Habilitação até 30 dias.
- (E) Multa do grupo G ou suspensão do Certificado de Habilitação até 60 dias.

QUESTÃO 32

De acordo com a Portaria nº 37 do Comandante da Marinha, de 21 de fevereiro de 2022, a qual estabelece a estrutura da Autoridade Marítima (AM) e delega competências aos Titulares dos Órgãos de Direção Geral, de Direção Setorial e de outras Organizações Militares da Marinha, para o exercício das atividades especificadas, é correto afirmar que:

- (A) os Representantes da AM para orientar e controlar a Marinha Mercante e suas atividades correlatas são o Diretor-Geral de Navegação, o Diretor de Portos e Costas, o Diretor de Hidrografia e Navegação e o Comandante de Operações Marítimas e Proteção da Amazônia Azul.
- (B) os Representantes da AM para contribuir para a formulação e a condução de políticas nacionais que dizem respeito ao mar, especificamente para a Antártica e os Recursos do Mar, são o Diretor Geral de Navegação e o Secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar.
- (C) os Representantes da AM para implementar e fiscalizar o cumprimento de leis e regulamentos, no mar e nas águas interiores, em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo, federal ou estadual, quando se fizer necessário, em razão de competências específicas, são exclusivamente o Comandante de Operações Navais, os Comandantes dos Distritos Navais e suas Capitânicas, Delegacias e Agências subordinadas.
- (D) compete ao Chefe do Estado-Maior da Armada, como Assessor direto do Comandante da Marinha nos assuntos concernentes à AM e de abrangência estratégica, propor e fomentar políticas que promovam o desenvolvimento de atividades de pesquisas e investigações científicas realizadas na Plataforma Continental e em águas sob jurisdição nacional
- (E) é considerada atribuição subsidiária da Marinha do Brasil a cooperação com os órgãos federais, quando se fizer necessário, na repressão aos delitos de repercussão nacional ou internacional, quanto ao uso do mar, águas interiores e de áreas portuárias, na forma de apoio logístico, de inteligência, de comunicações e de instrução.

QUESTÃO 33

De acordo com a NORMAM-221/DPC, que estabelece normas e procedimentos relativos à assistência e salvamento e às atividades de pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas e bens afundados, submersos, encalhados e perdidos, é correto afirmar que:

- (A) "assistência e salvamento" consiste em um serviço gratuito oferecido por entidades públicas, que visa especificamente à recuperação e manutenção de uma determinada embarcação em perigo ou que esteja colocando em risco a segurança da navegação em uma determinada localidade.
- (B) "busca e salvamento" constitui em um serviço decorrente de compromissos e resoluções internacionais cujo Brasil é signatário e que visa ao resgate de pessoas em perigo em decorrência de acidentes ou avarias com embarcações. Esse tipo de serviço será remunerado, podendo, entretanto, o custo ser ressarcido posteriormente.
- (C) compete aos Comandantes dos Distritos Navais, como Representantes da Autoridade Marítima para o socorro e salvamento delegar a execução de serviços de assistência e salvamento de embarcação, coisa ou bem em perigo no mar e nas vias navegáveis interiores a outros órgãos públicos e a particulares, em áreas definidas de jurisdição.
- (D) compete à Diretoria de Portos e Costas autorizar a pesquisa de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas jurisdicionais brasileiras, em terreno de Marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar.
- (E) a prestação do serviço de assistência e salvamento deve ser precedida de um plano preliminar de salvamento da embarcação, coisa ou bem a ser assistido ou salvo, elaborado pelo Seguro *P&I Club* e pelo armador e/ou proprietário da embarcação sinistrada.

QUESTÃO 34

De acordo com a NORMAM-222/DPC, quanto ao Certificado de Segurança de Sistema de Mergulho (CCSM), é correto afirmar que terão validade de:

- (A) cinco anos e deverão ser endossados por meio da realização de vitorias trimestrais.
- (B) cinco anos e deverão ser endossados por meio da realização de vitorias semestrais.
- (C) cinco anos e deverão ser endossados por meio da realização de vitorias anuais.
- (D) três anos e deverão ser endossados por meio da realização de vitorias semestrais.
- (E) três anos e deverão ser endossados por meio da realização de vitorias anuais.

QUESTÃO 35

De acordo com a NORMAM 204/DPC, com relação aos Sistemas de Controle do Tráfego Marítimo, é correto afirmar que:

- (A) as embarcações de bandeira estrangeira estão convidadas a se integrar voluntariamente ao Sistema de Informações sobre o Tráfego Marítimo (SISTRAM) quando adentrarem a Área SAR Brasileira e estiverem navegando no mar territorial ou em águas interiores brasileiras.
- (B) o Sistema de Identificação e Acompanhamento de Navios a Longa Distância (LRIT) funciona independentemente do SISTRAM. Assim, as embarcações não estão dispensadas do cumprimento das obrigações previstas para o SISTRAM.
- (C) somente as embarcações brasileiras que operam em AJB, empregadas no transporte de petróleo, de gás natural e derivados, na aquisição de dados relacionados com a atividade do petróleo e gás natural, navios sonda, plataformas de perfuração e embarcações de apoio marítimo, enviarão suas informações ao Sistema de Monitoramento Marítimo de Apoio às Atividades de Petróleo (SIMMAP).
- (D) o SIMMAP funciona de forma integrada ao SISTRAM. Assim, as embarcações estão dispensadas do cumprimento das obrigações previstas para o SISTRAM.
- (E) as embarcações de bandeira brasileira enquadradas no sistema LRIT não estão dispensadas de aderirem ao SIMMAP.

QUESTÃO 36

De acordo com a Portaria nº 37 do Comandante da Marinha, de 21 de fevereiro de 2022, a qual estabelece a estrutura da Autoridade Marítima e delega competências aos Titulares dos Órgãos de Direção Geral, de Direção Setorial e de outras Organizações Militares da Marinha, para o exercício das atividades especificadas. Sobre os Representantes da Autoridade Marítima que possuem competência para contribuir para a formulação e a condução de políticas nacionais que digam respeito ao mar, especificamente para Organismos Internacionais, Investigação Científica Marinha e Bens Submersos, assinale a única opção INCORRETA.

- (A) Chefe do Estado-Maior da Armada.
- (B) Diretor-Geral de Navegação.
- (C) Secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar.
- (D) Diretor de Portos e Costas.
- (E) Diretor de Hidrografia e Navegação.

QUESTÃO 37

De acordo com a NORMAM-321/DPC, o equipamento lança-retinida, deve ser capaz de lançar a retinida, em mar calmo, com razoável precisão, a uma distância mínima de quantos metros?

- (A) 200
- (B) 210
- (C) 220
- (D) 230
- (E) 250

QUESTÃO 38

Dentre as medidas adotadas pelas embarcações para gerenciamento de água de lastro, de acordo com a NORMAM-401/DPC, assinale a opção correta.

- (A) Quando a embarcação utilizar o método do fluxo contínuo ou de diluição para a troca da água de lastro, deverá bombear, no mínimo, duas vezes o volume do tanque.
- (B) As embarcações deverão realizar a troca da água de lastro a pelo menos duzentas milhas náuticas da terra mais próxima e em águas com pelo menos cem metros de profundidade.
- (C) No método do fluxo contínuo, os tanques de lastro são simultaneamente cheios e esgotados, por meio do bombeamento de água oceânica.
- (D) No método de diluição brasileiro, ocorre o carregamento de água de lastro através do topo e a descarga dessa água pelo fundo do tanque, em vazões diferentes, de tal forma que o nível de água que entra é menor do que o que sai.
- (E) No método sequencial, os tanques de lastro são simultaneamente esgotados e cheios novamente com água oceânica.

QUESTÃO 39

De acordo com o decreto nº 8.033, de 27 de julho de 2013, que regulamenta a lei nº 12.815, de 05 de junho de 2013, que dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários, os interessados em obter a autorização de instalação portuária poderão requerê-la à Agência Nacional do Transporte Aquaviário (ANTAQ), a qualquer tempo, mediante a apresentação de alguns documentos, dentre eles o parecer favorável da Autoridade Marítima, que deverá responder à consulta em um prazo não superior a:

- (A) 15 dias.
- (B) 20 dias.
- (C) 30 dias.
- (D) 45 dias.
- (E) 60 dias.

QUESTÃO 40

De acordo com a NORMAM-102/DPC, uma empresa que tenha seu credenciamento cassado, somente poderá solicitar novo credenciamento, para ministrar cursos do EPM, após o período mínimo de quanto tempo?

- (A) 60 dias.
- (B) 90 dias.
- (C) 180 dias.
- (D) 1 ano.
- (E) 2 anos.

QUESTÃO 41

De acordo com o decreto 4.136, de 20 de fevereiro de 2002, que dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às infrações às regras de prevenção, controle e fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional, prevista na lei no 9.966, de 28 de abril de 2000, e dá outras providências, nos termos do anexo I desse decreto, assinale a opção que apresenta uma infração passível de multa do grupo C.

- (A) Efetuar o navio ou a plataforma com suas instalações de apoio a descarga de qualquer tipo de plástico, cabos sintéticos, redes de pesca e sacos plásticos.
- (B) Efetuarem os portos organizados, instalações portuárias e dutos não associados a plataforma a descarga de óleo, misturas oleosas e lixo, salvo nas condições de descarga aprovadas pelo órgão ambiental competente.
- (C) Efetuarem os navios ou plataformas com suas instalações de apoio o descarte contínuo de água de processo ou de produção em desacordo com a regulamentação ambiental específica.
- (D) Deixar o agente ou responsável pelo navio de conservar cópia do documento que especifique e forneça a localização das substâncias nocivas e perigosas de forma fracionada, até que essas substâncias sejam desembarcadas.
- (E) Deixarem as entidades exploradoras de portos organizados, instalações portuárias, terminais, operadores de plataformas com suas instalações de apoio, navios ou os responsáveis por dutos não associados a plataforma, de comunicar qualquer incidente que possa provocar poluição.

QUESTÃO 42

De acordo com a NORMAM-101/DPC, um aquaviário na categoria de marinheiro de convés (MNC) possui equivalência a quais categorias do 2º e 3º grupos, respectivamente?

- (A) Contramestre Fluvial (CMF) e Contramestre de Pesca na Navegação Interior (CPI).
- (B) Marinheiro Fluvial de convés (MFC) e Pescador Profissional Especializado (PEP).
- (C) Mestre Fluvial (MFL) e Contramestre de Pesca na Navegação Interior (CPI).
- (D) Marinheiro Fluvial de convés (MFC) e Pescador Profissional (POP).
- (E) Pescador Profissional Especializado (PEP) e Marinheiro Fluvial de convés (MFC).

QUESTÃO 43

Com base na lei nº 7.273/84, que dispõe sobre a busca e salvamento de vida humana em perigo no mar, nos portos e nas vias navegáveis interiores, assinale a opção correta.

- (A) Para efeitos da referida lei, a palavra "socorro" não tem o mesmo significado que a expressão "busca e salvamento".
- (B) O Comandante de uma embarcação, ao tomar conhecimento de vida humana em perigo no mar, nos portos ou nas vias navegáveis interiores, deverá dirigir sua embarcação em velocidade média para o local onde se encontrem as pessoas em perigo.
- (C) A determinação do armador, proprietário ou de terceiros com interesse na embarcação, ao Comandante, para não prestar os serviços de busca e salvamento, não isenta este último dessa obrigação.
- (D) O pedido de auxílio que for feito sem que haja real ameaça de perigo da vida humana não obrigará a indenização dos recursos empregados no atendimento daquela solicitação.
- (E) Caberá à pessoa salva indenizar, dentro de suas possibilidades, àquele que lhe prestou auxílio, independentemente de sua nacionalidade, posição ou importância, e das circunstâncias em que foi encontrada.

QUESTÃO 44

De acordo com a NORMAM-303/DPC, estão preconizados procedimentos específicos para a solicitação de parecer da Autoridade Marítima para a instalação de um Parque Eólico Marítimo (PEM). Para o estabelecimento desse tipo de obra, o interessado deverá considerar alguns procedimentos adicionais, dentre eles que durante a elaboração do projeto seja considerada uma distância mínima entre qualquer lado do perímetro do PEM em relação às rotas dos navios mercantes tipo SOLAS. Nesse contexto, assinale a opção que apresenta corretamente a distância que deverá ser respeitada.

- (A) Entre 500 metros e 1 milha náutica.
- (B) Mais de 1 milha náutica.
- (C) Mais de 1,5 milhas náuticas.
- (D) Mais de 2 milhas náuticas.
- (E) Mais de 3 milhas náuticas.

QUESTÃO 45

A lei nº 7.542/86 dispõe sobre a pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terreno de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar. Sobre esse tema, coloque F (falso) ou V (verdadeiro) nas afirmativas abaixo, assinalando a seguir a opção correta.

- () A autorização de pesquisa não dá ao interessado o direito de alterar o local em que foi encontrada a coisa ou bem, suas condições, ou de remover qualquer parte.
- () Decorrido o prazo de três anos, a contar da data do sinistro, alijamento ou fortuna do mar, sem que o responsável pelas coisas ou bens tenha solicitado licença para sua remoção ou demolição, será considerado como presunção legal de renúncia à propriedade, passando as coisas ou os bens ao domínio da União.
- () As coisas e os bens resgatados de valor artístico, de interesse histórico ou arqueológico não permanecerão no domínio da União, sendo passíveis de apropriação, doação, alienação direta ou por meio de licitação pública.
- () Havendo mais de um pedido de exploração ou remoção em relação à mesma coisa ou bem, a preferência será dada, em primeiro lugar, ao antigo responsável pela coisa ou bem.
- () O responsável deverá indicar os meios de que dispõe ou que pretende obter para a realização das operações, a data em que pretende dar início às operações e a data prevista para o seu término, o processo a ser empregado e se a recuperação será total ou parcial.

- (A) (V) (V) (V) (V) (F)
- (B) (V) (F) (F) (F) (V)
- (C) (V) (F) (V) (F) (V)
- (D) (F) (V) (F) (V) (F)
- (E) (F) (V) (V) (F) (V)

QUESTÃO 46

De acordo com a NORMAM-101/DPC, assinale a opção correta no que diz respeito ao tempo de embarque para ascensão de categoria e realização de cursos do aquaviário.

- (A) Os aquaviários pertencentes aos Grupos Marítimos, Fluviários, Pescadores e das Seções de Saúde e Câmara oriundos da Marinha do Brasil não poderão contabilizar os seus dias de mar realizados a bordo dos navios da Instituição como comprovação do tempo de embarque para o fim específico de realização de cursos do Ensino Profissional Marítimo - EPM.
- (B) Para efeito de ascensão de categoria ou requisito para cursos, deverá ser considerado 1 (um) ano igual a 365 dias. Será computado o tempo de embarque do aquaviário que exerceu cargo ou função inferior à sua categoria ou qualificação.
- (C) Os registros da CIR, para o cômputo do tempo de embarque exigido para ascensão às diversas categorias, serão analisados quantitativa e qualitativamente, observando-se a compatibilidade dos registros de embarques lançados na CIR com o CTS das embarcações, visando comprovar se o embarque ocorreu na categoria e função necessária para a ascensão pretendida.
- (D) O tempo de embarque no exercício de função sob Licença de Categoria Superior (LCS) será computado como tempo de embarque na categoria exercida sob licença, assim como na categoria real do aquaviário.
- (E) A comprovação dos dias de mar para os aquaviários oriundos da Marinha do Brasil deverá ser feita por meio da apresentação do correspondente atestado emitido pela Diretoria de Portos e Costas.

QUESTÃO 47

De acordo com a NORMAM-501/DHN, quais são as sanções administrativas aplicáveis às Entidades Executantes?

- (A) Advertência e suspensão, por até 3 meses, da concessão de novas autorizações.
- (B) Advertência e suspensão, por até 6 meses, da concessão de novas autorizações.
- (C) Advertência e multa.
- (D) Multa e suspensão, por até 3 meses, da concessão de novas autorizações.
- (E) Multa e suspensão, por até 6 meses, da concessão de novas autorizações.

QUESTÃO 48

Sobre a responsabilidade solidária, é correto afirmar que responde solidária e isoladamente pelas infrações à lei 9.537/97:

- (A) o proprietário anterior em caso de transferência de propriedade da embarcação.
- (B) o construtor ou locatário da obra.
- (C) a pessoa física ou jurídica administradora de jazida ou que realizar a pesquisa ou lavra de materiais.
- (D) o autor material.
- (E) no caso de embarcação, o construtor, armador ou preposto.

QUESTÃO 49

Considerando as medidas a partir das linhas de base determinadas pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, quais são os limites, em milhas marítimas, estabelecidos para o Mar Territorial, a Zona Contígua e a Zona Econômica Exclusiva, respectivamente?

- (A) Até 12, até 20, até 188.
- (B) Até 20, até 12, até 188.
- (C) Até 12, até 24, até 200.
- (D) Até 15, até 25, até 180.
- (E) Até 24, até 12, até 200.

QUESTÃO 50

De acordo com a NORMAM-331/DPC, é uma condição básica para uma Organização Reconhecida (OR) ser autorizada a atuar em nome da Autoridade Marítima Brasileira (AMB):

- (A) manter programa de qualidade em conformidade com a série ISO 9000 e apresentar Certificado de Qualidade correspondente, abrangendo a sede e demais escritórios, emitido por órgão credenciado pelo INMETRO.
- (B) utilizar versões, ainda que desatualizadas, de todos os regulamentos, códigos, convenções, normas e procedimentos necessários para a realização dos serviços para os quais foi autorizada a atuar em nome da AMB.
- (C) manter, em caráter permanente, uma estrutura administrativa e técnica capaz de atender, dentro do prazo de 24 horas, qualquer pedido de vistoria em qualquer ponto do território nacional.
- (D) subcontratar vistoriadores não exclusivos para a realização de vistorias rádio.
- (E) delegar a vistoriadores e auditores subcontratados a execução de certificação estatutária e serviços, dentro do seu nível de responsabilidade.

PROVA DE REDAÇÃO

INSTRUÇÕES

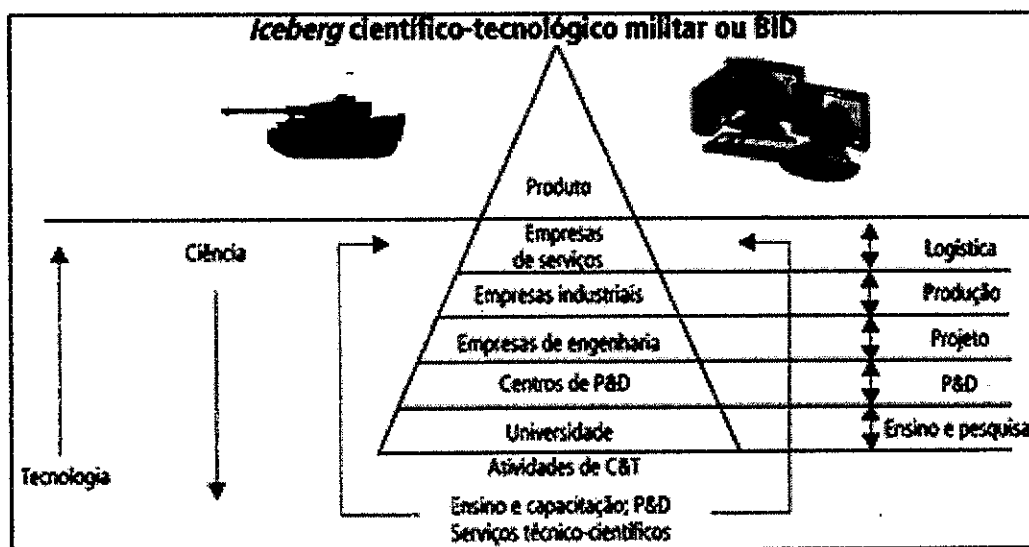
1. A redação deverá ser uma dissertação argumentativa com ideias coerentes, claras e objetivas, em língua portuguesa e com letra legível. Se utilizada a letra de forma (caixa-alta), as letras maiúsculas deverão receber o devido realce;
2. Deverá ter, no mínimo, 15 (quinze) linhas contínuas, considerando o recuo dos parágrafos, e, no máximo, 30 (trinta) linhas. Não poderá conter qualquer marca identificadora ou assinatura, o que implicará a atribuição de nota zero;
3. Os trechos da redação que contiverem cópias dos textos de apoio ao tema proposto ou dos textos do caderno de prova serão desconsiderados para a correção e para a contagem do número mínimo de linhas;
4. O candidato deverá dar um título à redação; e
5. O rascunho deverá ser feito em local apropriado.

TEXTO I

Denomina-se Base Industrial de Defesa (BID) o conjunto das empresas estatais ou privadas que participam de uma ou mais etapas de pesquisa, desenvolvimento, produção, distribuição e manutenção de produtos estratégicos de defesa – bens e serviços que, por suas peculiaridades, possam contribuir para a consecução de objetivos relacionados à segurança ou à defesa do país. Para que possa se consolidar com sucesso, a BID depende do trabalho conjunto e harmônico do setor produtivo, concentrado essencialmente na iniciativa privada, com o setor de desenvolvimento, a cargo do Estado. O Ministério da Defesa atua com vistas a promover condições que permitam alavancar a Base Industrial de Defesa brasileira, capacitando a indústria nacional do setor para que conquiste autonomia em tecnologias estratégicas para o país. Ciente da magnitude desse desafio, trabalha também para que haja esforço orçamentário continuado para os projetos estratégicos de defesa.

Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/industria-de-defesa/base-industrial-de-defesa/>. Acesso em: 16 de abril de 2024. (adaptado)

TEXTO II



Com base na evolução da tecnologia militar de impacto, o homem tem mantido as condições de combate, ao longo do tempo, mediante a construção de um *iceberg* operante e efetivo. O *iceberg*, funcionalmente, é uma estrutura complexa composta de várias instituições e empresas, com diferentes especializações, de difícil relacionamento e, por vezes, de conflitantes interesses, que precisaria operar de forma harmoniosa para produzir os materiais e serviços necessários às forças combatentes. Observando o *iceberg* (figura), acima da "linha d'água" estão os elementos mais visíveis dessa estrutura, quais sejam, produtos e serviços tecnológicos disponibilizados para a defesa nacional. Abaixo da "linha d'água" está a BID, representada pelas instituições que a integram. Quanto mais próxima da base do *iceberg* estiver uma determinada instituição participante, maior o conteúdo científico do seu trabalho; e, quanto mais próxima ela se achar em relação ao usuário, maior será o conteúdo tecnológico de suas atividades. Por sua vez, a obtenção da tecnologia militar passa a ser o objetivo da operação das cinco bases de defesa, quais sejam: científica, tecnológica, infraestrutural, industrial e logística. A integração funcional dessas cinco bases constitui a espinha dorsal para a capacitação tecnológica militar de um país, sinteticamente cognominada BID ou também *iceberg* científico-tecnológico de defesa. O sucesso da BID decorre do trabalho conjunto e harmônico do setor produtivo, normalmente realizado pela gestão privada, e do setor de desenvolvimento, usualmente a cargo da gestão pública.

Fonte: AMARANTE, J. C. Base Industrial de Defesa brasileira. Rio de Janeiro: IPEA, 2012. (adaptado)

PROPOSTA DE REDAÇÃO - A partir da leitura dos textos de apoio e de suas reflexões, redija uma dissertação argumentativa a respeito do tema "**Desafios do Estado para o fortalecimento da Base Industrial de Defesa brasileira**". Dê um título ao seu texto.

RASCUNHO PARA REDAÇÃO

TÍTULO:

- | | |
|----|--|
| 1 | |
| 2 | |
| 3 | |
| 4 | |
| 5 | |
| 6 | |
| 7 | |
| 8 | |
| 9 | |
| 10 | |
| 11 | |
| 12 | |
| 13 | |
| 14 | |
| 15 | |
| 16 | |
| 17 | |
| 18 | |
| 19 | |
| 20 | |
| 21 | |
| 22 | |
| 23 | |
| 24 | |
| 25 | |
| 26 | |
| 27 | |
| 28 | |
| 29 | |
| 30 | |

INSTRUÇÕES GERAIS AO CANDIDATO

- 1 - Verifique se a prova recebida e a folha de respostas são da mesma cor (consta no rodapé de cada folha a cor correspondente) e se não faltam questões ou páginas: o caderno é composto por uma prova escrita objetiva com 50 questões de múltipla escolha e uma prova de Redação. Escreva e assine corretamente seu nome, coloque seu número de inscrição e o dígito verificador (DV) apenas nos locais indicados;
- 2 - O tempo para a realização da prova será de **4 (quatro) horas**, incluindo o tempo necessário à Redação e à marcação das respostas na folha de respostas, e não será prorrogado;
- 3 - Só inicie a prova após ser autorizado pelo Fiscal, interrompendo sua execução quando determinado;
- 4 - Iniciada a prova, não haverá mais esclarecimentos. O candidato somente poderá deixar seu lugar, devidamente autorizado pelo Supervisor/Fiscal, para se retirar definitivamente do recinto de prova ou, nos casos abaixo especificados, devidamente acompanhado por militar designado para esse fim:
 - atendimento médico por pessoal designado pela Marinha do Brasil;
 - fazer uso de banheiro; e
 - casos de força maior, comprovados pela supervisão do certame, sem que aconteça saída da área circunscrita para a realização da prova.
 Em nenhum dos casos haverá prorrogação do tempo destinado à realização da prova; em caso de retirada definitiva do recinto de prova, esta será corrigida até onde foi solucionada;
- 5 - Confira nas folhas de questões as respostas que você assinalou como corretas antes de marcá-las na folha de respostas. Cuidado para não marcar duas opções para uma mesma questão na folha de respostas (a questão será perdida);
- 6 - Para rascunho, use os espaços disponíveis nas folhas de questões, mas só serão corrigidas as respostas marcadas na folha de respostas;
- 7 - O tempo mínimo de permanência dos candidatos no recinto de aplicação de provas é de **120 minutos**.
- 8 - Será eliminado sumariamente do processo seletivo/concurso e suas provas não serão levadas em consideração o candidato que:
 - a) der ou receber auxílio para a execução da Prova;
 - b) utilizar-se de qualquer material não autorizado;
 - c) desrespeitar qualquer prescrição relativa à execução da Prova;
 - d) escrever o nome ou introduzir marcas identificadoras noutra lugar que não o determinado para esse fim; e
 - e) cometer ato grave de indisciplina.
- 9 - Instruções para o preenchimento da folha de respostas:
 - a) use caneta esferográfica azul ou preta de material transparente;
 - b) escreva seu nome em letra legível no local indicado;
 - c) assine seu nome no local indicado;
 - d) no campo inscrição DV, escreva seu número de inscrição nos retângulos, da esquerda para a direita, um dígito em cada retângulo. Escreva o dígito correspondente ao DV no último retângulo. Após, cubra todo o círculo correspondente a cada número. Não amasse, dobre ou rasgue a folha de respostas, sob pena de ser rejeitada pelo equipamento de leitura ótica que a corrigirá; e
 - e) só será permitida a troca de folha de respostas até o início da prova, por motivo de erro no preenchimento nos campos nome, assinatura e número de inscrição, sendo de inteira responsabilidade do candidato qualquer erro ou rasura na referida folha de respostas, após o início da prova.
- 10 - Preencha a folha com atenção de acordo com o exemplo abaixo:

- 11 – Será autorizado ao candidato levar a prova faltando 30 minutos para o término do tempo previsto de realização do concurso. Ressalta-se que o caderno de prova levado pelo candidato é de preenchimento facultativo, e não será válido para fins de recursos ou avaliação.
- 12 – O candidato que não desejar levar a prova está autorizado a transcrever suas respostas, dentro do horário destinado à solução da prova, no modelo de gabarito impresso no fim destas instruções. É proibida a utilização de qualquer outro tipo de papel para anotação do gabarito.
- 13 – O candidato somente poderá destacar o modelo de gabarito na presença do fiscal e após terminar a prova. Caso o modelo de gabarito seja destacado sem a presença do fiscal, o candidato será eliminado do concurso.

ANOTE SEU GABARITO										PROVA DE COR _____														
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50